



Anais da Assembléia

Nº 60

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 09 DE JUNHO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 84ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 1975

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Antonio Facci, Domício Scaramella, Egon Pudell, João Cioni Netto, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

destinada à apreciação de Vetos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE. —

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO —

procede à leitura da ata da sessão anterior extraordinária, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição N. 69/75, Veto aposto da Lei N. 125/74, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curiuva, uma Pá Carregadeira, pertencente ao 16º Distrito Rodoviário. Com parecer da C.C.J. pela manutenção do Veto. Encerrada a discussão. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto, com voto contrário do Sr. Deputado Gabriel Manoel.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 10, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição N. 72/75.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Lúcio Machado.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Antonio Facci, Egon Pudell, João Cioni Netto, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Domício Scaramella (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SE

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Sob o nº 22/75, do Sr. Governador do Estado, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado em 24 de janeiro de 1975, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de CAMBIRA, objetivando a construção, na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. — À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº 23/75, do Sr. Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de Lei dispondo que o valor da pensão mensal estipulada às viúvas de ex-Presidentes, ex-Interventores e ex-Governadores do Estado do Paraná, fixado na lei nº 6468, de 18 de outubro de 1973, fica majorado para o equivalente a dez (10) salários mínimos vigentes para a Capital do Estado. — À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº 24/75, do Sr. Governador do Estado, encaminhando cópia autêntica do termo aditivo de 13 de março de 1975 ao Convênio de 8 de março de 1974, celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de SANTO ANTONIO DO CAIUÁ, objetivando a construção na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. — À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A população do Município de Medianeira e do Oeste

paranaense está enlutada com o desaparecimento trágico de um dos seus mais destacados líderes.

Morreu em desastre automobilístico, na BR-277, nas proximidades de Cascavel, no último dia 7, o Sr. ÂNGELO DAROLT.

O extinto era pioneiro da colonização da região Oeste paranaense, industrial de renome; graças às suas atividades comerciais, industriais e sociais tornou-se um dos líderes da região e em especial de Medianeira.

As suas qualidades pessoais, o seu trabalho pioneiro, fizeram com que os homens da região o escolhessem para ser o primeiro prefeito de Medianeira, após sua emancipação política.

O seu mandato foi coroado de obras inesquecíveis, quer no setor administrativo, quer no setor de implantação de obras de infraestrutura. A sua atuação como prefeito credenciou-o a outros cargos políticos da localidade. Eleger-se Vereador, dirigiu a Câmara Municipal e exerceu a presidência do partido arenista, posto que em a morte inesperada o encontrou prematuramente.

Pranteia o extinto toda a população de Medianeira, chora o Oeste do Paraná e nós os representantes do povo daquela região associamo-nos a esses prantos.

Em vista do acima exposto, o subscritor do presente, requer um voto de profundo pesar pelo infausto e prematuro passamento do Sr. Angelo Darolt.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa seja dada ciência à família enlutada, ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1975.

a) IVO THOMAZONI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O município de Sertaneja, tem programado para este mês, importantes festividades. Dia 21 será instalada a primeira festa da soja "Fesoja", ocasião em que o município espera poder oferecer aos participantes tudo o que há de mais moderno em relação a importante leguminosa.

Desde o plantio, onde a soja é cultivada na mais moderna técnica, comercialização, preparo de semente até os mais variados pratos para consumo serão mostrados naquele importante município. Vale salientar que em relação a sua área, Sertaneja é o município onde a mecanização agrícola atingiu quase cem por cento razão pela qual a cognominam "Capital da Mecanização Agrícola."

A sua comunidade e suas autoridades, já de há muito entrelaçados e empenhados no bom êxito da festa da soja, acabam por receber mais um justo prêmio, quando é conferida a cidade o honroso título de a "Capital da Beleza Paranaense".

A Srta. MARIA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA, eleita no último sábado Miss Paraná 75, é filha daquele município. Moça muito culta e inteligente vai representar com muita justiça a beleza da mulher paranaense em Brasília, no concurso para a escolha de Miss Brasil 75.

Assim considerando os importantes acontecimentos, o Deputado que o presente subscreve, após ouvido plenário, requer o registro de votos de congratulações, a:

- a) - Prefeito Municipal de Sertaneja
Dr. Waldemar Scardassi
- b) - Câmara Municipal de Sertaneja
- c) - Promotores do Concurso
Diário e Emissoras Associadas

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1975

a) ROSÁRIO PITELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogati-

vas e na forma do Regimento Interno, requer, ouvido o plenário, seja dirigido ao Sr. Governador do Estado o seguinte apelo:

Considerando o estabelecido no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) de que o país precisa defender sistematicamente e programaticamente o seu patrimônio de recursos naturais, cuja preservação faz parte do desenvolvimento; e que a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) do Ministério do Interior agirá tão somente em último recurso, quando o problema da poluição for muito grave; e que fora situações gravíssimas a Secretaria continuará como órgão normativo e de coordenação nacional, deixando aos Estados a aplicação da política de proteção ao meio-ambiente; e que esses órgãos estaduais serão responsáveis de aplicar as normas e padrões para os fatores poluentes, legislação esta a ser baixada pela SEMA em futuro próximo; e que ainda o grau de poluição dos rios, lagos, praias, solos e atmosfera no Estado vai-se agravando na medida do crescimento humano e tecnológico.

Apela ao Sr. Governador do Estado, que, no uso das suas atribuições, determine a constituição de uma comissão para o estudo da viabilidade - estrutura, recursos, alcance - da instalação da Fundação Estadual do Meio-Ambiente (FEMA) que terá como objetivo e finalidade a defesa do meio-ambiente no território compreendido pelo Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1975.

a) PAULO CAMARGO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja expedido ofício convidando ao Sr. Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Dr. ARTURO ANDREOLI, a fazer, no plenário desta Casa, uma exposição do trabalho e planos daquele setor, em especial, sobre o problema da Eletrificação Rural, em data a ser marcada por aquela autoridade.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-firmado, no uso de suas prerrogativas regimentais e com a máxima vênica, vem a V. Exa., uma vez ouvido o douto plenário desta Casa, Requerer seja oficiado ao Sr. Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ SA. - Affonso Alves de Camargo Netto - no sentido de que se instale no distrito de BOA VISTA DA APARECIDA, município de Capitão Leônidas Marques Paraná, uma agência desse estabelecimento oficial de crédito, reivindicação que vem renovando há muitos anos pela cidade que congrega grande percentual da população desse município.

Sala das Sessões, 06 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

BOA VISTA DA APARECIDA, pelo seu intenso desenvolvimento, fruto do esforço de iniciativa privada, tomou um impulso peculiar, devido ao apreciável volume de indústrias e de alto comércio da região, sustentado pela extração da madeira e seu total aproveitamento, e, também, por sua expressiva projeção agrícola, na produção do soja, milho, arroz e feijão, etc.

Cidade cujo progresso é notório e que carece de um atendimento básico para sustentar e suportar seu crescimento sem prejuízo de tempo, BOA VISTA DA APARECIDA terá o seu movimento somado com o de ALTO ALEGRE para justificar que ali se instale uma agência bancária.

Cumpra-nos esclarecer que a cidade em questão dista 80 km de Cascavel e 32 km de Leônidas Marques, ficando separada deste último pelo rio Baiacurú, para cuja travessia é necessário o uso de uma balsa, sendo que nesses municípios são realizados todos seus movimentos bancários.

Por outro lado, conforme consta de abaixo-assinado firmado à última hora, apresentando a pouco mais de 50 (cinquenta) representantes da indústria e comércio da localidade, mesmo sem a participação de fortes agricultores e indústrias circunvizinhos, conseguiu-se um compromisso de depósito prévio de aproximadamente Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), conforme pode observar pela cópia xerox inclusa, o que vem, por si só, responder a uma possível indagação sobre o interesse comercial da iniciativa pretendida.

Encerramos o presente expediente, certos de que esta será merecedor das atenções necessárias das autoridades às quais é dirigido.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 68/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Art. 149, da Lei N. 6174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido de parágrafo 3º, com a seguinte redação:

“§ 3º – As férias de trinta dias não poderão ser fracionadas.”

Art. 2º – O Art. 150, da Lei N. 6174, de 16 de novembro de 1970, suprimidos seus parágrafos, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 150 – É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade de serviço, prescrevendo em dois anos o direito de gozá-las.”

Art. 3º – O Art. 151, da Lei N. 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 151 – Durante as férias o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício, inclusive a gratificação pela prestação de serviços extraordinários, gratificação por serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, desde que já os venha percebendo por um período mínimo de doze meses.”

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1975.

a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

As alterações ora sugeridas visam disciplinar de forma mais ativa o comportamento dos servidores públicos, assegurando-lhes direitos e regulando situações que por sua natureza se encontram em desconformidade com o novo espírito da Reforma Administrativa.

Normalmente o funcionário teme em solicitar a concessão de suas férias, uma vez que os seus vencimentos baixam consideravelmente em relação aqueles auferidos durante a época de trabalho normal.

Essa providência visa conceder a necessária tranquilidade para que o funcionário possa gozar as suas férias sem maiores preocupações financeiras.

PROJETO DE LEI N. 69/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a transferir

à responsabilidade da Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estradas que liga a sede dos municípios de Inácio Martins com a Br 277, passando pelo distrito de Guará, município de Guarapuava, numa extensão de aproximadamente, 30 (trinta) km.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1975.

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva, transferir a responsabilidade à Secretaria dos Transportes para efeito de conservação e melhoria o trecho de estradas municipais que liga a sede do município de Inácio Martins, com a BR-277 passando pelo distrito de Guará, município de Guarapuava, numa extensão de aproximadamente 30 km. Trata-se de uma medida necessária e indispensável, visto que a região que serve esta estrada está em franco desenvolvimento, com uma agricultura altamente mecanizável, prevendo-se excepcional produção de cereais, o que determinará, em futuro, vias de acesso em condições de franco escoamento. Daí a iniciativa deste projeto de lei, a fim de que o Estado que possui recursos excepcionais através da sua Secretaria específica, possa efetivamente dar condições de trafegabilidade daquelas vias.

O SR. PRESIDENTE – Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, primeiro orador inscrito. (Pausa).

Não se encontrando presente o Sr. Deputado Trajano Bastos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias. – (Pausa).

Não se encontrando presente o Sr. Jurandir Messias, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, terceiro orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vindo da região Sudoeste, mais precisamente de Francisco Beltrão, acabamos de receber das autoridades daquela cidade, do Sr. Prefeito Municipal e da Associação Comercial, expediente denunciando a ação do delegado de Polícia que está permitindo manchetes, como a do jornal “Tribuna do Sudoeste”: “Ladrões invadem a cidade”.

Infelizmente, Srs. Deputados, voltamos ao assunto “polícia” pois durante nossa visita àquela cidade, tivemos conhecimento de que uma verdadeira “gang” com a complacência do delegado Pedro Vargas, que não seriu para a cidade de Marmeleiro, porque foi de lá tirado, no ano passado, pelo Deputado Ivo Thomazoni, mas que, graças ao protecionismo, de quem não sabemos, porque o próprio Líder do Governo denunciou aquele Delegado que, juntamente com um ex-agente de polícia, vem saqueando a cidade de Francisco Beltrão.

Tenho em mãos um expediente da Associação Comercial e Industrial de Francisco Beltrão, com o seguinte teor: (Lê):

“Em reunião de nossa entidade, em data de hoje, forma debatidos acontecimentos que estão deixando intranquila a população de nossa cidade.

Por unanimidade dos presentes ficou deliberado cientificar, em nome da classe, às autoridades e representantes da região no Poder Legislativo, e, ao mesmo tempo, solicitar as providências que se fazem necessárias.

Há vários dias que a cidade vem sendo vítima de assaltos e roubos. No entanto, os queixosos não estão encontrando a tomada de medidas cabíveis, por parte da delegacia local.

Esta situação está levando o pânico à nossa classe, face os roubos ocorridos em estabelecimentos comerciais.

A família beltronense, por invasão de residências encontra-

se intranquila. Os colonos que se dirigem aos estabelecimentos bancários, para receberem dinheiro de suas safras, sentem-se, neste momento, inseguros de voltarem às suas casas, pois de um momento para outro, no decurso da viagem, poderão ser surpreendidos por tiros de assaltantes.

Há vários dias que a situação vem se evoluindo, sem que possamos receber a ação repressiva da polícia, à altura dos acontecimentos.

Quer nos parecer que a região se encontra despoliciada, propícia à ação dos marginais.

Dado o exposto, solicitamos à V. Exa. providências no sentido de que se coloquem em prática medidas capazes de eliminar essas irregularidades.

Sem mais, valem-nos do ensejo para apresentar-lhe em nome da entidade, profundos agradecimentos.

Atenciosamente.

a) OTERCILIO SALVATI".

Fazemos, nesta oportunidade, um apelo ao ilustre Líder do Governo Deputado Ivo Thomazoni, para que leve ao Exmo. Sr. Governador do Estado, esses acontecimentos lastimáveis que estão ocorrendo em Francisco Beltrão.

Pedimos aos ilustres Deputados da Arena que acabem com o nefasto comando político, tido e havido por um ex-Deputado que, não tendo conseguido reeleição, está protegendo os malfetores dentro da delegacia daquele município, levando, com isso, a intranquilidade às famílias de nossa cidade.

Era o que tínhamos a expor, nesta oportunidade, pois, infelizmente, os comerciantes, as classes empresariais, estão montando uma polícia particular, o que não pode acontecer no Estado, pois estaríamos desrespeitando a Constituição, para termos a tranquilidade em nossa terra.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para anunciar uma iniciativa que, quer me parecer, atende velha reivindicação do funcionalismo público. Pretende o meu anteprojeto de lei dar nova redação ao artigo 150 e 151, e acresce um parágrafo ao artigo 149, da Lei nº 6174, de 16 de 11 de 1970, mais objetivamente, trata-se do Estatuto do Funcionalismo Público.

A proposição é a seguinte — "Artigo 1º — O artigo 149, da Lei 674 fica acrescido do parágrafo 3º, com a seguinte redação: "As férias de 30 dias não poderão ser fracionadas".

Art. 2º — O artigo 150 da lei 6174 de 16 de novembro de 1970, suprimindo seus parágrafos, passa a vigorar com a seguinte redação: "É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade de serviço, prescrevendo de 2 anos o direito de gozá-las.

Art. 3º — O artigo 151 da referida lei, passa a vigorar com a seguinte redação (Aí o sentido social de minha proposição): durante as férias o funcionário terá o direito de ter as vantagens como se estivesse no exercício, inclusive da gratificação por prestação de serviço extraordinário, em tempo de regime por tempo integral e dedicação exclusiva, desde que já a venha percebendo por um período mínimo de 12 meses.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

As alterações ora sugeridas, visam disciplinar de forma mais objetiva, o cumprimento de serviços públicos, assegurando ao funcionário direito e regular situação que por sua natureza se encontram em desconformidade com o novo espírito da reforma administrativa.

Normalmente o funcionário público teme em solicitar concessão de suas férias, uma vez que seus vencimentos baixam consideravelmente em relação àqueles auferidos durante a época de trabalho normal. Essa providência visa conceder a necessária

tranquilidade para que o funcionário possa gozar suas férias sem maiores preocupações financeiras. Essa medida preconizada por esse projeto, já anunciado por mim no mês de outubro do ano passado, ainda durante a 7ª Legislatura, foi possível agora, porquanto já temos a aprovação de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, para a tácita sanção do mesmo, se vier a merecer o apoio e aprovação deste douto plenário.

(Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados. Outro motivo me traz a tribuna no dia de hoje: a população do município de Medianeira e do Oeste do Paraná, está enlutada com o desaparecimento trágico de um dos seus mais destacados líderes. Morreu em desastre automobilístico na BR-277, nas proximidades de Cascavel, no último dia 7, o Sr. Alngelo Darolt.

O extinto era pioneiro da colonização da região Oeste paranaense, industrial de renome; graças às suas atividades comerciais, industriais e sociais, tornou-se um dos líderes da região e em especial de Medianeira.

As suas qualidades pessoais, o seu trabalho pioneiro, fizeram com que os homens da região o escolhessem, em eleição direta, para ser o primeiro Prefeito Municipal de Medianeira após a sua emancipação política. O seu mandato foi coroado por obras inesquecíveis quer no setor administração, quer no setor implantação de obras de infraestrutura; sua atuação como Prefeito, mais tarde, credenciou-o a outros cargos políticos naquela localidade.

Elegeu-se Vereador, foi Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e exerceu a Presidência do partido arenista, posto que a morte inesperada o encontrou prematuramente.

Pranteia o extinto toda a população de Medianeira, chora o Oeste do Paraná e nós os representantes do povo daquela região, nos associamos aos seus prantos.

Em vista do aqui registrado, Sr. Presidente, solicitamos que se inscreva nos anais da Casa voto de profundo pesar pelo infausto e prematuro passamento de Ângelo Darolt, requerendo que, deste deliberação, dê-se ciência à família enlutada, ao Prefeito Municipal e à Câmara Municipal daquela cidade".

— Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quinto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Declino da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, sexto orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença aqui hoje é para dizer que, como parte que somos dos anseios populares e em razão da insatisfação que, muitas vezes, reina no seio do povo, nós da Oposição somos aqui como que advogados do povo. Esse povo que de uns tempos a esta parte, vem sendo oprimido por toda uma carga de ações por parte do Governo, especialmente no que concerne às imposições fiscais. Os ônus que pesam sobre a indústria e o comércio hoje, inegavelmente, são insuportáveis. Muitas indústrias têm ido à falência e à concordata porque não suportam mais a carga tributária e a incidência de ônus sociais.

Agora verificamos, há dias passados, quando o serviço meteorológico andou ainda pelo interior do Paraná e na cidade de Palmeiras tirando do povo já depauperado, da indústria e do comércio, quantias astronômicas. E não é mais possível silenciar diante de tanta brutalidade que se vem fazendo em matéria fiscal.

O Governo impor obrigações tão elevadas ao povo, num momento de tanta dificuldade como o que atravessamos.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que vimos aqui, para trazer os nossos protestos pelo absurdo, pelo comportamento absurdo deste Serviço que, leva ao povo, nesta hora difícil, tamanho e pesado, tamanho sacrifício, arrancando já do depauperado comércio e indústria, somas que acredito, não poderiam suportar.

Nestas condições e como o tempo é escasso — também

poderíamos nos reportar a outros problemas fiscais que estão sacrificando sobremodo o comércio e a indústria — nesta oportunidade queremos trazer ao conhecimento desta Casa, pedindo o apoio dos Srs. Deputados, um requerimento para ser encaminhado ao Serviço Nacional de Meteorologia, por intermédio de seu órgão delegado neste Estado.

O requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas prerrogativas parlamentares e na forma regimental REQUER a manifestação do plenário, no sentido de ser encaminhado, ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas, através o órgão delegado, neste Estado, Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná PROTESTO DE INCONFORMIDADE, pelo despropositado da elevação na tabela de serviços meteorológicos, que se verificaram do ano de 74 a 75, em mais de 600 por cento.

Esse aumento, além de contrariar a propalada política do Governo, de contenção da alta do custo de vida, pelo seu desarrazoado, está causando justificado descontentamento àqueles que estão sujeitos ao ônus, pelo uso de instrumentos de pesar e medir que devem ser aferidos periodicamente.

Tanto é maos justo o protesto, porquanto o comércio e a indústria, hoje, já depauperados, não suportam mais toda uma gama de incidências tributárias e encargos sociais, e para poderem subsistir, lutam desesperadamente e, a despeito dessa situação, a cada passo, estão sendo surpreendidos com elevação de impostos e taxas, que se pode dizer até vexatórias, pelo percentual do aumento.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1975.

a) LINEU TURRA”.

— (Sem revisão do orador).

O SR. ORESIDENTE — (Mauricio Fruet) Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por várias vezes, em pronunciamentos que fizemos, em entrevistas, temos sempre dito que ainda o melhor padrão é o melhor café.

O café é a cultura, no nosso entender, que melhor tem condições de fixar o homem à terra, e de lhe dar uma condição mais condigna de viver.

§ (Lendo): “A cafeicultura do meu Estado, um dos suportes básicos da economia do Paraná, vem lutando de forma difícil contra uma série de impecilhos, entre os quais não inclui os fenômenos climáticos. Que por sinal, quando se abatem nas lavouras de café, destroem trabalhos de ano. Mas para gáudio nosso, os plantadores de rubiácea que fornece divisas ao Brasil, e que tem no Paraná o seu maior número de árvores plantadas no Brasil, continuam a plantar, demonstrando assim sua confiança nesse tipo de lavoura.

Ocorre, Sr. Presidente, que diante do vultoso aumento dos insumos, da mão de obra, dos instrumentos agrários, os agricultores que lidam com o café vinham tendo, realmente, não só dificuldades como até prejuízos. E não é para menos.

O aumento nos últimos anos tem sido considerável, ao ponto de desanimar os menos entusiasmados. Adubos caros, tratores a preços elevados, mão de obra difícil, tudo isso se constituem em óbices que somados às possibilidades de geada exigem do cafeicultor uma ténpera especial.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo Federal atento a todos estes fatores, jamais desamparou a cafeicultura, e procura através de seus órgãos ir de encontro aos altos interesses da Nação, que é a principal exportadora do produto.

Tanto assim é exato, que ainda recentemente, o Banco do Brasil pela sua Carteira especializada, garantiu o preço mínimo

do café em Cr\$ 550,00 a saca de sessenta quilos, o que proporciona ao cafeicultor a remuneração que se impunha.

O registro deste fato, que evidentemente não se aplica somente no Paraná: sim ao Brasil inteiro, pretende evidenciar o esforço do IBC em procurar amparo aos que plantam café.

E mostra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Presidente Geisel, apesar de suas inúmeras e importantes tarefas, olha todos os ângulos de sua administração. O cafeicultor do Paraná com essa garantia, pode perfeitamente preparar-se para novos plantios e conseqüentemente continuar a fornecer divisas para a Nação. Na oportunidade, congratulo-me com a cafeicultura de minha Pátria, em especial do Paraná, pelo encontro de uma solução que resolveu interesses quer do Governo, quer de quem planta”.

É um apelo que nós ainda fazemos aqui, de que, sinceramente, nós elogiamos nesta oportunidade este amparo do IBC à cafeicultura, que há muito tempo vem solicitando, vem até mendigando, este amparo do IBC.

Mas o que nós precisamos aqui, é que a nossa cafeicultura, nosso cafeicultor, para que o preço seja compensador, ele terá também que partir com um café mais produtivo, porque não existe preço para o café, no plantio. E nós que desejamos que não só o cafeicultor se sinta feliz, mas também o trabalhador, o meeiro, o arrendatário, para que possam também se beneficiar com essas medidas do IBC.

E tornamos a repetir que ainda acreditamos, que o café é o melhor padrão para o trabalhador.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, oitavo orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Voltamos de nosso giro pelo Norte do Paraná, onde atravessamos vários municípios, preocupados com a crescente onda de violência e desmedido abuso de autoridade que ali se nota. Para exemplificar, num caso apanhado entre tantos, em Londrina, o sargento-carcereiro da 10ª Sub-Divisão Policial, responsável pela segurança dos presos que se amontoam em cárceres que lembram as horrendas cadeias da Idade Média, disparou sua arma contra o advogado que tinha ido à Delegacia à procura de um preso que estava sendo escondido. Inconformado com a atitude e desassombro do causídico que insistia pelo detido, deliberadamente escondido para não ser posto em liberdade, o militar disparou sua arma, numa tentativa de homicídio, que só não se consumou pela oportuna intervenção de outro policial, desviando a trajetória da bala.

Não fora isso, teríamos a esta altura dos acontecimentos, que lamentar profundamente um desfecho que em nada viria cobrir de honra a gloriosa Polícia Militar do Paraná, de tantos e tão brilhantes feitos em sua longa existência.

É inconcebível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Estado, que tem a responsabilidade maior de assegurar e garantir a integridade física dos cidadãos, arme um policial para que este, no exercício de sua atividade, vire sua arma contra quem justamente caberia defender e proteger.

No exercício estrito de sua atividade profissional, o advogado é inatingível, é intocável, porque, acima de tudo e antes de mais nada, representa, por extensão, a própria Justiça, que vai ao cárcere, busca os recursos e os remédios legais para fazer vingar em nossa terra, para honra e glória de nossa civilização os postulados sagrados do Direito e da Lei e impedir, assim, que se consume contra o ser humano os atentados mais torpes contra sua liberdade, impedir que se atente contra a dignidade humana, impedir que se degrade neste País as nossas conquistas obtidas a duras penas, evitando que se empane a liberdade que tanto aspiramos e tanto almejamos.

Não bastasse o atentado que de foi vítima o advogado de Londrina, Valter Mota Campos, quando estivemos no Norte do Estado, soubemos de novo atentado. Desta vez, com graves

consequências, pois foi perpetrado por uma autoridade policial contra um lavrador de Sabugueiro, distrito de Rio Azul, comarca de Ivaiporã. Por questões de somenos importância, relacionadas com a partilha de cereais, o Delegado de Manoel Ribas, atendendo ordens que não se sabe de quem possam ser, transbordando os limites jurisdicionais de sua delegacia, invadiu o sítio em que o lavrador Olímpio Alleim, parceiro do proprietário Alcides Schmidt, explora e ali, à traição, feriu o trabalhador rural a tiros que lhe atingiram a espinha e tudo indica que poderá ele ficar paralisado.

O tiro foi desferido pelas costas, quando o infeliz lavrador procurava se esconder da sanha criminosa do violento e arbitrário Delegado, que nada respeitou, nem sequer os gritos desesperados da esposa da vítima que suplicava que perdoassem o marido.

Atingido pela fúria criminosa do esbirro policial, Olímpio iniciou verdadeira "via crucis", indo de um hospital de Apucarana para outro em Londrina, buscar recursos, socorro e medicação.

Depois de bondosamente socorrido em Londrina, no Hospital Universitário, cujos médicos se condoeram do lastimável estado do doente — que visitamos em Londrina — pode ele afinal ser levado para Rio Azul, a fim de cuidar lá, dos curativos até que o organismo reaja e possa se submeter à delicada intervenção cirúrgica.

Não satisfeito com a inominável covardia, que em nada recomenda bem valoriza sua atividade policial, o delegado de Manoel Ribas — cujo nome ignoramos — prometeu voltar para eliminar os outros elementos da família. O quadro aí está, posto em seus reais termos.

Indagamos desta Casa, até quando autoridades policiais, que recebem do Estado armas e cobertura para garantir a ordem, por imposição de chefes políticos ou meros aproveitadores do trabalho e do sacrifício de nossos patrícios, podem invadir outros municípios e ferir impunemente desprotegidos lavradores, espalhando no melhor estilo do far-west ianque, as mais terríveis angústias e a mais extremada insegurança?

Desde quando se pode admitir que esbirros revestidos de autoridade, armados pelo Poder Público, ajam impunemente, semeando entre desarmados lavradores, a dor e a infelicidade?

A família de Olímpio Alleim aguarda de S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança, medidas severas contra o arbitrário delegado de polícia de Manoel Ribas que levou, com sua atuação criminosa, o desespero e o sofrimento a todos.

Com razão eles estão temerosos de voltar à terra, ante a impunidade que parece gozar o aludido delegado.

Os lavradores estão apavorados ante as redobradas ameaças feitas pelo policial de levar a cabo novas revides, caso intente, voltar ao sítio para terminar a colheita dos cereais que iniciaram e foi suspensa pela brutalidade do delegado que se escora na arma que o Governo do Paraná lhe entregou para garantir a ordem, mas que ele, em sua insanidade, volta contra o pobre lavrador que deveria defender.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é por este motivo que assomamos à tribuna nesta oportunidade, para denunciar os fatos que vêm ocorrendo no Estado do Paraná, e sei que muitos poderão defender os famosos "comandos políticos" que estão aí para desvalorizar, para denegrir o trabalho que está se realizando no Estado.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, nono orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estivemos, neste último final de semana, solicitados que fomos, pelo Sr. 1.º Secretário, Aguinaldo Pereira Lima, representando o Norte Pioneiro, em sua cidade natal, Siqueira Campos.

Estivemos, na oportunidade, em companhia da quase totalidade desta Casa, que ali se faz representar por Deputados da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático

Brasileiro. E aquela festividade, além do caráter esportivo, teve também caráter filantrópico.

E tivemos a satisfação de ouvir, através da palavra do Presidente do Centro Social daquela cidade, o agradecimento ao Presidente desta Casa, pelo comparecimento dos Deputados.

E além de estarmos participando de festividades esportivas, estávamos também contribuindo para uma festa beneficente. E se houve críticas por parte de alguns, por atitudes de Srs. Deputados, demonstrados através de suas presenças em campos esportivos, queríamos dizer de público que nenhum dos Srs. Deputados que compõem esta Casa têm a vergonha de comparecer a qualquer centro esportivo para uma ajuda meritória, onde se arrecadam fundos para uma instituição de caridade, fazer com que sua presença seja atrativo para uma renda beneficente.

Queria, neste instante, através da imprensa aqui credenciada, dizer que todas as solicitações apresentadas a esta Casa, por entidade filantrópica do Estado, teriam o aceite de todos os Srs. Deputados, para que, com nossa presença, prestigiármos aquelas festas beneficentes.

Nessa nossa estada em Siqueira Campos, queríamos testemunhar o carinho que o povo demonstrou, através de seu representante nesta Casa, Deputado Aguinaldo Pereira Lima, a grande maioria desta Casa, que houve por bem escolher a cidade do ilustre Deputado para a primeira apresentação oficial da Assembléia em termos esportivos e beneficentes.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença dos Srs. Deputados Federais Fernando Gama e Osvaldo Buskey, do Sr. vereador Matheys Biazzi, 1.º Secretário da Câmara Municipal de Cianorte, de S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal de Marmeleiro, Assis Gabriel Bandeira e do Vereador de Planalto, Luiz Carlos Quintana.

Concedo a palavra ao décimo orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão do último dia 15 de maio, apresentamos à consideração da Casa requerimento solicitando providências à TELEPAR, no sentido de que fossem realizados estudos visando a modificação da decisão em proceder a multi-medição de tempo nas ligações telefônicas urbanas. Na oportunidade nos referimos a preocupação de empresários e cidadãos da Capital, em ver sensivelmente aumentadas as contas correspondentes a esse serviço de utilidade pública, no final de cada mês.

Na verdade, o assunto mereceu a consideração de diversas entidades de classe econômica, que manifestaram de forma bastante consistente, sua opinião contrária àquela medida.

Também nesta Casa de Leis outros Deputados se pronunciaram, dizendo da inconveniência da mesma. Com satisfação, tomamos conhecimento da decisão da TELEPAR, suspendendo-a conforme noticiário nos jornais no último dia 7.

Por isso, registramos as nossas congratulações como representante do povo da cidade de Curitiba, que será o grande beneficiado com essa providência, eis que a maior parte das ligações telefônicas ultrapassa o tempo de três minutos.

Sem a multi-medição do tempo se favorecerá o bom entendimento entre aqueles que atuam nos diversos setores da economia da capital do Estado.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra para falar no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero dar a conhecer à esta Casa que está em vias de elaboração um projeto de lei que pretende criar o muni-

cípio de Cafelândia do Oeste a ser desmembrado do município de Cascavel.

Esta é uma antiga reivindicação daquele povo e já se encontra tramitando nesta Casa, desde 1973, aquele expediente primeiro que é um abaixo-assinado subscrito pelo mínimo que a Lei Complementar nº 1 exige de moradores daquela localidade.

Para este fim, encaminho à Mesa o requerimento que tem o seguinte teor. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, tendo em vista as informações prestadas pelos Departamentos competentes, em atenção ao pedido protocolado sob o N. 1.987/75, pelas quais ficou ciente de que existe, nesta Casa, um abaixo-assinado firmado por moradores do distrito de Cafelândia do Oeste, protocolado sob N. 3.716/74, iniciando-se o processamento para a criação de município com o mesmo nome, o qual será desmembrado da área pertencente ao município de Cascavel, na qualidade de representante daquela região, a fim de que seja dada sequência ao pedido formulado por eleitores daquela localidade, na forma prevista pela Lei Complementar N. 1, de 09 de novembro de 1967, em seu artigo segundo, requer o seguinte:

I- Seja anexado o presente ao expediente protocolado sob N. 3.716/74, mandando-se cumprir, concomitantemente, os demais itens aqui contidos.

II- Sejam requisitadas ao IBGE, informações sobre:

a) Qual a população estimada de Cafelândia do Oeste e a que percentual corresponde essa população em relação a do Estado do Paraná.

b) Qual o número de casas existentes em Cafelândia do Oeste

III- Sejam requisitadas ao Tribunal Eleitoral do Paraná - informações sobre o número de eleitores existentes em Cafelândia do Oeste e a que percentual esse número corresponde em relação ao eleitorado de nosso Estado.

IV- Sejam requisitadas informações à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, sobre o que se arrecadou no Distrito de Cafelândia do Oeste, no último exercício e a que percentual correspondeu essa arrecadação em relação àquela obtida pelo Estado no mesmo exercício.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

Requeiro também, em segundo expediente, a instalação de agência do Banco do Estado do Paraná em localidade do município de Capitão Leônidas Marques.

Nos jornais de quinta-feira passada vimos publicadas declarações de um Secretário do Governo do Estado do Paraná. Dizia e acusava a Oposição, e por conseguinte acusava o MDB, de estar envenenando a juventude com artifícios e mentiras numa verdadeira provocação acintosa ao partido legalmente instituído sob a sigla MDB. Delas podemos concluir, Sr. Presidente, que vindo de um Secretário e frise-se de um Secretário da Justiça, tem um sentido se não oficial, pelo menos um sentido oficioso, porque reflete o pensamento do poder a que aquele Secretário pertence. O mais grave ainda é que faz ele acusação insinuada de que o partido, através de seus líderes está a imputar conceitos falsos e enganosos, está a usar de outros expedientes do mesmo caráter, o que levaria, por extensão, os jovens, a um condicionamento, a uma orientação a um comportamento ideológico não recomendado. É o que podemos observar. Realmente, o que se deduz destas declarações é que partidas de um Secretário de Estado reconhecido como um homem lúcido, um homem letrado uma vez que desfruta de conceito no mundo cultural, no meio publicitário também, por obra que andou publicando cujo teor nós desconhecemos, leva-nos a crer que a sua sapiência pretende dizer ou que, a Oposição elabora um programa duvidoso, ou que, o seu partido constrange em buscar na juventude, novos líderes para compor a classe política de amanhã.

O SR. GILBERTO CARVALHO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente agradeço a concessão deste aparte.

Nobre Deputado, tomei conhecimento do pronunciamento do eminente Secretário de Justiça.

O Secretário de justiça já pertenceu a esta Casa Legislativa...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -

Temos conhecimento disto, e é isto que nos constrange.

O SR. GILBERTO CARVALHO - ...

e no seu tempo de estudante foi Presidente da UPE, Diretor Cultural Acadêmico Hugo Simas, sempre fez a política estudantil. Dizia ele que quando fazia parte do Diretório Acadêmico sempre fez a sua política universitária, e, a política partidária fazia-a sem misturá-la com a universitária.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - S. Exa. há de convir comigo que, uma vez ele imputando à Oposição uma atitude cujo comportamento seria incompatível com o regime vigente, ele está também a emitir conceitos sobre a política, ou melhor, à ação partidária de arregimentação.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Os municípios que tenho a honra de representar solicitaram, através de companheiros nossos, que, ao organizarem as chapas partidárias para a eleição de 13 de junho, que fizessem constar também representantes da classe estudantil, na organização dos diretórios. É justo e contamos que isso aconteça porque é necessário que eles participem numa política séria.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quanto ao que já foi referendado por S. Exa. o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que S. Exa. o atual Secretário de Justiça era militante da política universitária quando estudante, gostaríamos de lembrar que aquela época S. Exa. não teve, como temos hoje, um partido que oferecesse alguma coisa a quem nele ingressasse. Hoje a mocidade universitária tem uma oportunidade na vida pública, de uma complementação além da vida profissional.

Então, nesse envenenamento, neste posicionamento que é da ARENA, aonde milita-se todo o passado político ou grande maioria do passado político, nós do MDB é que, no dia de hoje, oferecemos melhores condições de partido político para a juventude brasileira e principalmente para os universitários.

Se envenenar alguém é dar condições a este alguém, ser político amanhã, se envenenar alguma idéia é traduzir os reclamos do povo paranaense e brasileiro através dos nossos pronunciamentos. Se envenenar alguém, é apresentar ao governo este intuito, usando de ação partidária como é o nosso. Porque nós da direção regional elaboramos, na última eleição, um calendário político que foi o exemplo de que hoje vemos os nossos ilustres companheiros da ARENA, se movimentando em simpósios, em reuniões políticas, trazendo nomes nacionais a este rincão do Brasil que é o Paraná. Foi pela ação desperta do MDB, foi com a ascensão do nosso senador hoje no Senado, Leite Chaves, foi com a ascensão do número representativo nesta Casa, na Câmara Federal, é que deu o alerta aos comandos arenistas. E no dia de hoje, como os Srs. vêem, os universitários estão realmente do nosso lado, porque nós oferecemos alguma coisa. Eles que também ofereçam, que sejam francos, como são os nossos dirigentes de partido.

Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, V. Exa. sempre traz a este plenário, terras, da realidade política da época, dizendo do seu posicionamento, fazendo com que aquele envenenamento tido em tão má hora pelo Sr. Secretário, que já foi deputado estadual, federal, e viu que sua ascensão política está sendo cerceada, porque hoje a nova geração já não admite, que pessoas representativas do passado, não tenham ascensão no futuro. E nós do MDB, estamos de parabéns com o pronunciamento de V.

exa., porque temos futuro. Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Agradeço a V. Exa. E, sem descuidar deste aspecto de liderança jovem que reconhecidamente, há também por parte dos homens que compõem a bancada do partido situcionista nesta Casa. Valores admiráveis como aqui nós temos exemplo, também.

Quer dizer, o Secretário, quando agressão da classe política da Câmara Federal, ele, me pareceu assim.

Não posso entender que um homem de cultura como ele, faça conceitos vãos a respeito de uma doutrina político-partidária, inventando aspectos ideológicos e filosóficos.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Inicialmente, muito obrigado pela concessão do aparte. Devo, eminente Deputado, situar-me da seguinte forma. Sempre que um conferencista aborda determinado tema, ao expor uma linha de raciocínio faz, e não poderia ser do contrário, inúmeras afirmações para, nas conclusões, pretender justificar sua posição.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Neste caso haveria então a ressalva que é muito falada na literatura, principalmente na literatura jurista que ele pertence, “ad argumentando”.

O SR. IVO THOMAZONI – “Segundo o que me chegou ao conhecimento, o que o Secretário de Justiça pretendeu quando da conferência que proferiu no meio estudantil, foi significar a facciosidade de alguns políticos. Não sei se ele fez menção específica aos Srs. integrantes do MDB.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Fez menção à Oposição.V. Exa. sabe que a Oposição hoje reúne todas as correntes em nosso Partido. Logo ele fez menção ao nosso Partido.

O SR. IVO THOMAZONI – Só para me situar. S. Exa. teria afirmado que das reiteradas críticas que a Oposição tem feito ao sistema vigente no País, nunca fez menção junto à classe estudantil, às atitudes e afirmações nacionalistas do governo revolucionário. E citou.S. Exa. alguns fatos, alguns episódios que justificam que se concluisse que a Oposição tivesse empenhada na distorção da verdade junto à classe estudantil, incompatibilizando o sistema junto à nossa juventude.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – E ele não fez isto?

O SR. IVO THOMAZONI – Só para justificar: o que se pretendeu demonstrar foi a afirmação do nacionalismo.

Mas, ainda recentemente, o Brasil assinou um convênio com a Alemanha Ocidental, sobre acordo para uso de energia nuclear para fins pacíficos, e todos sabemos que hoveram declarações de senadores norte-americanos para que se impedisse esse acordo, considerando que o Brasil ia se constituir num perigo para o mundo.

E o Brasil, num ato de soberania total, sem tutela de ninguém firmou esse acordo.

E o Sr. Secretário Túlio Vargas pretendeu, por certo, significar foi o fato de que alguns políticos sempre estavam orientando os jovens para certos pontos negativos do Governo. Mas, nunca houve, por parte desses políticos, a preocupação de mostrar à juventude que foi depois da Revolução de 64 que se tomaram as medidas mais sérias para se firmar o nacionalismo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Nobre Deputado, afirmações de nacionalismo sempre existiram, tanto que Tiradentes foi martir desse posicionamento. E não vamos tecer considerações a respeito de uma época, porque isso é indiscutível. O que procuramos dizer é que justamente o ponto dessa demanda, é o ponto incisivo que procuramos nos ater.

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – O nobre Deputado Ivo Thomazoni deverá concluir seu aparte, depois concederei a V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI – O que quero dizer é que S. Exa. o Sr. Secretário da Justiça pretendeu significar, na sua conferência, que alguns políticos...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Ele não se referiu a determinados políticos - mas à Oposição.

O SR. IVO THOMAZONI – Então vamos generalizar: a Oposição, quando em diálogos com os estudantes, refere-se às restrições impostas à classe pela Lei N. 477...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – E V. Exa. o que acha disso?

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. não perde por esperar. Ainda nesta semana, teremos novidades gratas para a juventude estudantil.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Veja V. Exa., Deputado Ivo Thomazoni, justamente uma atitude que o Secretário de Justiça vem denunciando o MDB. E a Oposição vem se envolvendo em lutas de afirmação nacionalista, e de verdade democrática no sentido de liberalização do pensamento da juventude se vier a se concretizar, então nós também estaremos satisfeitos e poderemos, quem sabe, até aplaudir, porque é uma das teses pela qual o MDB vem lutando desde que foi criado.

O SR. IVO THOMAZONI – É possível que a expressão “envenenamento da juventude” não esteja bem situada na afirmação do Secretário da Justiça. O que quis significar é que a Oposição quando mantém diálogo com a classe estudantil, jamais enalteceu atos do Executivo, mas sempre abordou de maneira a incompatibilizar o governo com a classe estudantil, nos assuntos em que o Governo ainda não pode determinar situação de amplitude democrática.

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

É com muita alegria que vejo V. Exa. na tribuna desta Casa, trazendo a repulsa do MDB à atitude incompreensível de um homem de que apesar estar do outro lado, que apesar de formar em outro partido, tinha por dever, até de cultura....

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Diz bem V. Exa. “até de cultura”.

O SR. ENÉAS FARIA – ...de estar na primeira linha de frente, lutando e buscando horizontes democráticos para nossa terra. Eminente Deputado, compreendo até mesmo a ginástica mental que fez o eminente líder da bancada arenista, para poder tentar dar outro entendimento àquilo que está perfeitamente entendido. A notícia foi publicada em vários jornais. O texto está gravado em vários periódicos de nossa terra.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – E até com a preocupação de estudantes que vieram nos interpelar.

O SR. ENÉAS FARIA – Não fora isso, a seriedade com que a imprensa abordou o assunto nos leva a entender, como entende o líder da ARENA, poder-se-ia pensar que o Secretário da oposição em Portugal, na Rússia ou em outro qualquer país. Mas ele foi taxativo, refere-se a nós mesmos, aos homens da oposição brasileira, aos homens da oposição na terra nacional. V. Exa. tem razão quando faz reparo. V. Exa. tem razão quando diz que não será com atitudes como essa que o entendimento maior, já proclamado pelas esferas mais altas, acabará por se concretizar. Quando o Presidente da República anuncia uma pré-disposição de restabelecer, através do diálogo, a possibilidade de um bom caminho, não é justo, nem correto, nem certo, que homens de responsabilidade político-administrativa como tem S. Exa., venham tentar barrar esse caminho. Gostaria de dizer também que efetivamente tem razão nas suas queixas o líder da ARENA. A juventude não aprovou, não se manifestou sobre atos do governo, e aqui fica a conjuntura, não se manifestou e permaneceu emudecida, porque está amordaçada – e efetivamente está ou porque os atos a que se refere S. Exa. são atos em termos analistas, que

nós aplaudiríamos com reservas, como o decreto das 200 milhas, a plataforma continental brasileira, onde teremos grandes remananciais de petróleo e a nossa Petrobrás, proclamada pelo governo, está em vias de cair nas mãos das multinacionais. Embora assertiva dessa ordem possa parecer até barbaridade, mas são

Para encerrar e não continuar a tomar o seu tempo devo dizer que não aguardamos a quarta feira para a entrada dos partidos dos estudantes. Nós não marcamos data para que o estudante participasse. Nós fomos conchamar o estudante e oferecer a ele a única coisa que poderíamos oferecer os riscos pela luta que estamos enfrentando e desde há muito tempo eles participam conosco desta luta. Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Muito obrigado meu companheiro e velho amigo já das lides estudantis, Deputado Enés Faria. Não poderia receber de S. Exa. outro aparte que não este que sempre reflete o pensamento por nós conhecido de muitos e longos anos, mais que uma década.

Realmente, voltando ao caso de S. Exa. o Secretário de Justiça eu dizia que refletia dois pontos, no meu entender, um ou outro alternativamente, sendo que o primeiro deles é o caso incisivo ao nosso Partido. Quer nos parecer, a priori, que V. Exa. fez a ofensa a uma instituição legitimamente organizada, constituída de direito, que é MDB, merecendo o Sr. Secretário um esclarecimento da sua parte evidentemente, e qual será a sua intenção. Diríamos em outro caso, em Direito Processual, de embargo declaratório mas aqui como tema político e de parte de uma autoridade com a dele merece ou deve merecer, se é que S. Exa. tem razão, um reparo e este reparo deve ser público até por uma questão de respeito a uma instituição organizada.

Daí porque levamos o caso à direção do nosso partido e levaríamos com certeza porque declarações como essas vêm surtir efeito e ameaça aos órgãos de dinamização e atividade político-partidária do MDB. É o mesmo entendimento.

Com este ato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos que um ato de liberalidade dessa natureza nos concede, em contestar as acusações e protestar, porque emitir conceito que vem ferir até o programa de nosso partido e vem fazendo essas alusões a respeito do nosso partido é porque deve conhecer o nosso programa; ou então condena a posição do MDB quando vai à procura de novos valores que o partido dele não conseguiu aglutinar e não conseguiu, justamente, porque achou recursos imputando à Oposição atitudes estranhas ao que se poderia deduzir, estranhas ou convenientes ao que o regime cataloga. Por Por isto sou levado a crer que o MDB precisa se defender e tomo a liberdade de fazer isto, nobre Deputado, porque pertencço a ele. Não é justo que o Secretário, nem este e nem outro que em nada colabora para coberturas políticas, antes ao contrário vem trazendo óbices com atitudes como essas para a real abertura que se propaga e se proclama.

Entendemos, também, que, como outros autores de peças análogas, procuraram atribuir aos homens do MDB uma espécie humana diferente deles, principalmente de alguns que compõe a Arena. Então, fomos forçados a lembrar que se o Brasil invoca hoje ser um país democrático, apesar de nossas restrições ao conceito que eles emitem, isto se deve ao MDB que, com todos os obstáculos, vem conquistando a simpatia da opinião pública e por isto está galgando altas posições populares, vencendo determinados pleitos eleitorais.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, quero agradecer a V. Exa., a honra que tive em poder apartear-lo e gostaria que V. Exa. me permitisse, fugindo um pouco do assunto, eis que não sei se realmente o Sr. Secretário da Agricultura declarou ou não, desmentiu ou não.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Isto implica em que V. Exa. estaria duvidando do que estamos falando?

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Absolutamente, apenas, pelos comentários da imprensa, disseram-me ter havido uma distorção, porém, não vou discutir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Se houve distorção, apenas me louvo no texto da imprensa porque a imprensa sempre me pareceu a mais perfeita fé.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Às vezes acontecem até erros de imprensa. O aparte que solicitei a V. Exa. é apenas para duas palavras:

No último programa O MUNDO EM GUERRA, da TV Globo, uma frase me chamou a atenção:

“A política de apaziguamento e distensão dos regimes totalitários não é possível”.

Quero crer, Sr. Deputado, que a intenção do Governo Central, do Governo Revolucionário é de realmente a distensão política neste País ser conseguida e ser atingida, e nós, no diálogo que mantemos neste instante com V. Exa., nós teríamos o desejo de que o famoso Decreto nº 477, que veio a tirar do nosso estudante toda e qualquer liberdade de manifestação política nas universidades, vai dar talvez a este País, se as coisas continuarem assim, um futuro sombrio porque não teremos mais condições de preparar homens para dirigir os destinos deste País, daqui a 10 ou 15 anos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Quer dizer que V. Exa. admite que este hiato, que esta lacuna que se abriu na classe política brasileira de tirar a oportunidade do estudante vir a se tornar homem público é uma verdade?

O SR. GABRIEL SAMPAIO – V. Exa. me conhece muito bem, nós militamos na política estudantil juntos, na mesma

batalha, talvez seja a mesma até hoje, mas, eu diria a V. Exa. que a minha preocupação nesse sentido é muito grande, porque tivemos oportunidade de fazer uma política estudantil das mais sadias e graças a esta política estudantil fomos às nossas cidades, do interior do Paraná, e lá mantivemos diálogos com o povo, que agora nos deu a oportunidade de virmos a esta Casa, como representantes do povo. Preocupa-nos o desligamento de uma grande parte dos estudantes universitários brasileiros, por falta de condições deles realmente discutirem os grandes temas de interesse político mundial, não dando condições, desta forma, a que, acabada esta nossa geração, as próximas gerações daqui a 5, 10, 15 anos não terão realmente nenhuma escola onde se formem, para solucionarem as grandes teses políticas da administração do nosso querido Brasil.

Portanto, endosso as palavras de V. Exa., fugindo do assunto Secretário de Justiça, que não é assunto tão importante assim.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Tem uma grande importância, porque parte de um Secretário de Estado, é de tamanha importância porque este homem representa a Justiça do Estado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Respeitando a inteligência de V. Exa., eu lhe pediria que não me forçasse a me definir com relação a este assunto. Quis eu dar a minha opinião e a minha contribuição no sentido mais amplo do seu discurso, não ao que motivou, ao que deu origem a isto tudo.

Pretendemos assim através do diálogo, realmente, que a política de extensão do Presidente da República se cumpra talvez, abrindo o Decreto 477, para que dê condições ao futuro desta Nação, ao futuro político desta Nação. Porque eu não vejo hoje, os estudantes em condições de participarem, de dirigirem os destinos deste nosso país daqui 10, 15 ou 20 anos, quando a nossa geração tiver esgotado suas condições de tocar o barco.

Nós também teremos dado o nosso tempo, o nosso período de contribuição. E este período tem que ter liberdade suficiente para que possa se preparar para assumir os nossos encargos de hoje.

E é essa a preocupação, Sr. Deputado, que nós endossamos

no discurso de V. Exa., não, naquilo que se originou que eu não sei se realmente foi ou não foi. Era o aparte.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Eu digo a V. Exa. que foi. Foi, e até eu invoco o que disse “O Estado do Paraná” e outros jornais como “Folha de Londrina”, “A Gazeta do Povo” e outros jornais de maior circulação no interior do Estado e que, realmente, vem trazendo um alerta à opinião pública.

Se tem razão S. Exa. que o Presidente da República, vai naturalmente reconhecer que o homem moderno pensa de forma diferente de que haja um conflito de gerações, ele há de fazer justiça, sob pena dessa justiça chegar tarde e se tornar uma injustiça.

O SR. DENI SCHWARTZ – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, gostaria de dizer, que eu tive a oportunidade de ler o ex-pedido do ilustre Secretário Túlio Vargas, dizendo inclusive que apresentaria a verdadeira versão às lideranças dos dois partidos.

Realmente, era o que se poderia esperar de alguém que iniciou a sua vida político-partidária nas lides estudantis.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Realmente, é o que nós estamos esperando.

O SR. DENI SCHWARTZ – Mas, aproveitando o seu pronunciamento, que é bastante oportuno, gostaria de contestar as palavras do ilustre Deputado Gilberto Carvalho, quando afirmou que se isto foi dito pelo Sr. Secretário, ele não tem razão, e queria separar política estudantil de política partidária.

No momento em que o Sr. Secretário estava se pronunciando perante estudantes, ele estava levando uma mensagem político-partidária, para o meio estudantil. Então, seria um contrassenso ele afirmar esta divisão.

De outra parte, Sr. Deputado, na oportunidade de vosso pronunciamento, queria dizer, que há que se dividir este País em dois pensamentos do partido situacionista. Um, é do Presidente da República, do Ministro Severo Gomes, que constitui o Governo, e que já desde os primórdios da sua candidatura, afirmava uma posição nacionalista, diga-se de passagem.

Foi ele que na sua posse falou pela primeira vez em termos públicos das multinacionais. Mas também um partido situacionista, Sr. Deputado, do Sr. José Bonifácio, do “Zezinho dos Andrades”. Há, um outro partido situacionista, do Sr. Delfim Neto. Há um partido situacionista de tantos outros homens que parecem não estarem seguindo a trilha de distensão. É a linha dura deste País que reclama inclusive no momento em que o MDB, dizendo ser um partido legal e se pronunciando a favor de possíveis candidaturas militares, se rebelam com temor que amanhã a mentalidade sadia de um exército nacionalista advindo da PETROBRÁS, passe a encampar as nossas teses.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – É como eu afirmei agora pouco e aí estão as notas taquigráficas, que parece que se tem a idéia de que o pessoal que está no MDB é constituído dos apátridas, de uma parcela da população que deve mandar, como se aqui fosse uma monarquia.

O SR. DENI SCHWARTZ – Sinto-me feliz porque estou fazendo este aparte perante homens da ARENA que pertencem àquela ARENA do Presidente da República, à ARENA da distensão. E nesta oportunidade desejaria intensamente que o nosso ilustre Secretário pertencesse também à ARENA que quer a distensão, à ARENA que quer o diálogo, à ARENA do Presidente Geisel que está a pedir soluções para nosso País.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Antes que haja interpretação por parte inclusive do organismo oficial a que pertence este Secretário, quero deixar claro que não transijo neste meu pensamento.

O SR. LÚCIO MACHADO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fidelcino Tolentino, o vosso pronunciamento caracteriza perfeitamente o fato mais alto de justiça, principalmente o fato mais alto de justiça, principalmente porque defende os direitos de nossa bandeira, a bandeira mais difícil de carregar, mas a mais importante para as massas populares deste País. Fiquei apreensivo até quando vi o eminente líder da ARENA nesta Casa afirmar que o MDB, segundo pronunciamento do Secretário do Interior e Justiça, tem procurado incompatibilizar as massas estudantis. Deveria o líder do Governo, com a manutenção do Decreto 477, porque a mentalidade estudantil, esta mentalidade desenvolvida, este passo grande para o futuro e para, a segurança política deste País, não pode ser prevaricada do direito de participar efetivamente da caminhada política da Nação.

O que fez o Secretário de Justiça do Paraná foi se tomar do efeito psicológico do Ministro da Justiça três dias antes de nossa posse, quando lançava através dos meios mais importantes, através da TV de nosso País, quase uma ameaça ao nosso Partido, acusando-o de uma forma violenta. Mas estamos aqui.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sempre fomos ameaçados ao carregar este estandarte.

O SR. LÚCIO MACHADO – Estamos aqui empunhando o bastão das lideranças nacionais e o pensamento do povo brasileiro e principalmente da classe estudantil, esta classe maravilhosa que representa a geração que haverá de ser a timoneira deste País.

V. Exa., como sempre, brilhantemente vem à Tribuna para defender nossos ideais e não permitir que sejam atacados, porque nossos ideais estão desvinculados de qualquer outro interesse que não sejam os de lutar pela liberdade, principalmente das gerações futuras.

Parabéns nobre companheiro, deputado vibrante deste plenário, nesta Casa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Agradeço a V. Exa. e me permito agradecer, humildemente, os adjetivos que V. Exa. me qualificou. E devo dizer que não sou digno deles, reconheço isso. Reconheço, sim, em V. Exa., um homem experimentado que vem abrilhantar esta Casa com tantos pronunciamentos.

O SR. ACCIOLY NETO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, estou ouvindo com muita atenção este seu pronunciamento de hoje, na tribuna da Assembleia Legislativa.

Parece-me, todavia, que em vista das opiniões dispendidas, por V. Exa. e também por outros Deputados da inclita bancada do Movimento Democrático Brasileiro, que se fizesse um pequeno reparo tão relevado pelo eminente Deputado Enéas Faria. Esse reparo, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, diz respeito a uma distensão que deve ser feita em torno da afirmativa do Sr. Vargas, Não me parece que a afirmativa...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – De qual Vargas fala V. Exa?

O SR. ACCIOLY NETO – Essa é a minha dúvida.

Não me parece que a afirmativa de que o MDB estaria envenenando a juventude não foi feita pelo Secretário de Justiça, mas é opinião isolada de uma ovelha desgarrada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Não estou entendendo V. Exa.

O SR. ACCIOLY NETO – Foi uma opinião isolada de uma ovelha desgarrada, porque não constituiu, essa afirmativa, de forma nenhuma, a mensagem político-partidária da Arena. Ao contrário, o nosso entendimento, o entendimento da Aliança Renovadora Nacional é de que o MDB cumpra seu excelso papel na vida política nacional.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Se a Arena é Governo, se

coloca nos postos da administração pública homens de seu Partido, homens egressos de seu Partido...

O SR. ACCIOLY NETO – V. Exa. disse bem “egressos”. Mas, o que ocorre, nobre deputado, é que não houve nenhuma determinação governamental para que V. Exa. o Sr. Vargas fosse ao Interior do Estado proferir palestras em nome do Governo. Ele o fez em nome próprio. É isso que quero deixar bem claro.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Mas, as pessoas não se separam dos cargos que exercem.

O SR. ACCIOLY NETO – Separam-se sim. Porque, a opinião dele não coincide com a minha, nem com a de muitos Deputados da Arena. Colide com a opinião até de nosso Partido. E mais do que isso, colide com a opinião do próprio Presidente da República.

Portanto, a crítica deve ser feita ao Sr. Vargas e não ao Secretário de Justiça.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Mas, o Sr. Vargas, ou melhor, o Sr. Túlio Vargas, não se separou para ser Secretário do Interior e Justiça, a pessoa é una, indivisível.

O SR. ACCIOLY NETO – O título não é responsável por uma afirmativa dessa ordem, somente ele. É essa a diferença que gostaria de fazer.

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Vejo com alegria a distinção que V. Exa. faz. Porque nós, da Oposição, passamos a contar com mais uma fatia ponderável de homens na luta que estamos empreendendo, uma parcela do partido governista para a luta nacionalista que estamos fazendo. O deputado Accioly Filho dá provas disso e repudia também, de maneira sutil e muito inteligente, o que é próprio de V. Exa., repudia como nós estamos repudiando a intenção manifestada na nota do Secretário.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Eu ia até em socorro do pensamento de S. Exa. e do próprio Deputado. Porque vejo que até dentro da ARENA existe um pensamento de modificação e o Governo não está entendendo. O Governo não, ou o Governo também. O Governo da República está, através dos organismos político-partidários de que dispõe, desatento aos novos pensamentos de sua própria bancada. Como poderia atentar a bancada oposicionista.

O SR. ENÉAS FARIA – O reforço trazido pelo Deputado Accioly Neto a essa causa, no mesmo entendimento da manifestação do Deputado Gabriel Sampaio, muito bem colocado, também, vem favorecer essa luta...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – E refletem o pensamento da juventude.

O SR. ENÉAS FARIA – ... e refletem o pensamento de uma parcela do Partido do Governo. Vamos tentar raciocinar a longo prazo, e projetar isso um pouco para frente. No momento em que o Partido do Governo, pelos seus setores hoje mais expressivos, deixa de ser o repetidor das ordens governamentais, deixa de papaguear os enunciados palacianos e passa a responder com altivez e independência, quando tivermos todos os homens públicos e políticos desta terra engajados nesta causa, estaremos atingindo os objetivos. Portanto, me parece que nossa luta já conseguiu, senão ela pelo menos o espírito mais aberto de outros, já permitiu que se fizesse uma conquista em termos de idéia sobre setores também importantes do Partido governista. É disso que S. Exa. está dando provas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Agradeço o aparte do nobre Deputado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O que queria dizer ao nobre Deputado é o seguinte: que

sempre achei e acho que nunca foi privilégio do MDB empunhar certas bandeiras. Em primeiro lugar acho que os dois partidos são filhos do mesmo pai, com os mesmos vícios, com os mesmos defeitos e que hoje, no Brasil, não se pode falar em parente político.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Na identidade de indivíduo e de coisas, por mais afinidades que exista entre eles, há sempre uma diferença.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Só para complementar meu pensamento, permita-me V. Exa. Existem homens interessados, preocupados com os problemas nacionais. Existem outros que não. No seu partido, tem muitos e muitos deputados federais, estaduais e outros tantos, que têm a tendência evasista e funcionam como os maiores radicais da própria ARENA. V. Exa. sabe disso e eu não esqueço a reportagem da revista “VEJA” em que um Deputado do MDB...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Não sei disso, V. Exa. é que vai informar.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – ... propôs que não se votasse na eleição do Presidente Geisel, porque iam perder mesmo, mas como o jeton era de 10 mil cruzeiros, muitos foram votar contra, para legitimar a forma de eleição do Presidente Geisel.

Acho que o MDB não pode levantar uma bandeira e se considerar o dono da verdade.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – A arena não levantou bandeira, só quem levanta a bandeira é o MDB.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica que está esgotada a Hora do Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Agradeço à Presidência e, para encerrar, pediria licença apenas para dizer ao ilustre Secretário que em boa hora ele faz um reparo à divulgação que deu à imprensa, fazendo uma versão do seu pronunciamento. Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. – **Apoiado.** – Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. – **Apoiado.** – Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 17/75, de autoria do Deputado Fabiano Braga Cortes, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Telêmaco Borba, imóvel, onde funciona o Grupo Escolar Leopoldo Mercer. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. – **Aprovado, pelo substitutivo.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 17/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 196/74, que aprova Termo de Acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior, objetivando criação de Mecanismo de controle da erosão na região Nordeste do Paraná. Pareceres da C.C.J. e C.A.I.C. favoráveis. – **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Acordo celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério do Interior, em 12 de setembro de 1974, objetivando a criação de mecanismo comum de controle da erosão na região Nordeste do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 3 de abril de 1975.

- a) ACCIOLY NETO - Presidente
- a) ENÉAS FARIA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/75

A matéria em tela trata de referendar acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior, objetivando a criação de mecanismo comum de controle de erosão da região Nordeste do Paraná.

A proposição está articulada com os preceitos constitucionais, devendo, desta forma, receber tramitação normal.

É o parecer.

- a) ACCIOLY NETO - Presidente
- a) ENÉAS FARIA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/75

1. O Governador do Estado encaminhou a esta Assembléia para os fins Constitucionais, o termo de acordo celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, visando o controle da erosão na região Nordeste do Paraná

2. A douta Comissão de Constituição e Justiça, considerando o convênio celebrado em condições legais e constitucionais de ser aprovado por esta Assembléia, apresenta o Projeto de Resolução formalizador da medida, o qual agora é submetido a esta Comissão.

3. A medida e o objetivo do convênio são meritórios e oportunos, estando, portanto, no que diz respeito a competência, desta Comissão, em condições de ser aprovado.

Pela aprovação é o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

- a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Presidente
- a) LÁZARO DUMONT - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 02/75, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de Utilidade Pública a "Associação Hospitalar e Assistência Bom Jesus dos Perdões", com sede e foro na cidade de Guaraqueçaba. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E ASSISTENCIAL BOM JESUS DOS PERDÕES", com sede e foro na cidade de GUARAQUEÇABA.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de março de 1975.

- a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação Hospitalar e Assistencial Bom Jesus, entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, tem por finalidade proteger e dispensar assistência médica à gestante pobre e

à infância em geral, na região de Guaraqueçaba, tão carente de amparo dada as condições dos habitantes.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequentemente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 02/75

O presente Projeto de Lei da autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E ASSISTENCIAL BOM JESUS DOS PERDÕES", com sede na cidade de Guaraqueçaba.

Examinando o processado, verificamos estarem atendidos os requisitos exigidos pela Legislação vigente.

Isto exposto, temos anos manifestar pela aprovação do Projeto por Esta Casa.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

- a) ACCIOLY NETO - Presidente
- a) EZEQUIAS LOSSO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 45/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de Utilidade Pública a União Beneficente, Recreativa de Santa Quitéria, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 45/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a União Beneficente e Recreativa de Santa Quitéria, com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1975.

- a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

A inclusa documentação comprova plenamente que a Sociedade União Beneficente e Recreativa de Santa Quitéria presta serviços à coletividade, desinteressadamente e sem intuítos lucrativos e que os seus diretores não recebem qualquer remuneração. Assim estão plenamente atendidas as exigências da Lei nº 91, de 28/08/35, Decreto Federal nº 50.517, de 02/05/61 e Decreto Estadual número 4.399, de 17/08/61.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 45/75

Autor: Deputado MAURÍCIO FRUET

PARECER

I - O presente plano de lei de autoria do nobre deputado Maurício Fruet, visa declarar de utilidade pública a "UNIÃO BENEFICENTE E RECREATIVA SANTA QUITÉRIA", com sede e foro nesta Capital.

II - A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências da Lei nº 91, de 28/08/35, Decreto Federal nº 50.517, de 02/05/61, e Lei Estadual nº 4.399, de 17/08/61 que disciplina a matéria.

III - Em assim sendo, não encontramos qualquer empecilho de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer é pela sua aprovação.

Parecer FAVORÁVEL, portanto.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) IVAN RÜPPEL – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Angelo Darolt.
– Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Sertaneja, à Câmara Municipal, bem como aos promotores do concurso “Diário e Emissoras Associadas”, pela instalação dia 21, da primeira festa do soja “Fesoja” e, pela eleição da Senhorita Maria Aparecida Alves de Oliveira, Miss Paraná 75, representante do referido município. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Governador do Estado, no sentido de serem encetados estudos, objetivando a criação da Fundação Estadual do Meio-Ambiente.
– Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Copel, convidando-o a fazer, no plenário, desta Casa, uma exposição do trabalho e planos daquele setor, em especial, sobre o problema da eletrificação rural. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas, através o órgão delegado, neste Estado, protesto da inconformidade, pela elevação na tabela de serviços meteorológicos, que se verificaram, do ano de 1974 para 1975, em mais de 600 por cento. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao IBGE, com relação a população de Cafelândia do Oeste, bem como ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, sobre o número de eleitores existentes no referido distrito. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de ser instalado no distrito de Boa Vista da Aparecida, município de Capitão Leônidas Marques, uma agência do referido estabelecimento de crédito. – Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, terça-feira, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nº 17/75 e de Lei nºs 2/75 e 45/75.

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nº 19/75 e de Lei nºs 124/74 e 164/74.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 280/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4337/75, de 07 de maio de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar, as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a JURA-

CY JOSÉ SOMMAVILLA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para 7 de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 281/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4720/75, de 14 de maio de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a ENIO MEDEIROS e RONALDO LOPES LINHARES, funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 282/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4342/75, de 06 de maio de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIA, ora à disposição deste Poder Legislativo, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a dezesseis e sessenta e sete por cento, de seus vencimentos, perfazendo o teto máximo previsto pelo parágrafo 1º, do artigo 176, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 1º de maio de 1975, no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 297/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4342/75, de 6 de maio de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIA, ora à disposição deste Poder para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral em 6 de junho de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 298/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar VIDAL VANHONI, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 1º de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 6 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral